



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORANGA
“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail: adm@iporanga.sp.gov.br
Praça Padre Caiafa, 70 – Centro – CEP 18330-000 – Iporanga/SP
CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.
www.iporanga.sp.gov.br



DECRETO Nº. 1084/2020 DE 01 DE ABRIL DE 2020

DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IPORANGA, DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA FINS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO COVID-19 (CORONAVIRUS) E DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA O SEU MONITORAMENTO E ENFRENTAMENTO, NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALMIR DA SILVA, Prefeito Municipal de Iporanga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da Federal;

CONSIDERANDO as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS, que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde individual e coletiva, conforme o artigo 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no Município de Iporanga, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do “coronavírus” responsável pelo surto de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COEnCoV);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
IPORANGA**

"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail:
adm@iporanga.sp.gov.br

Praça Padre Caiãffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 –
Ipõranga/SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO as medidas de emergência em saúde pública de importância nacional e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de ações coordenadas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, Nacional, Estadual e Municipal, decorrente do "coronavírus";

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada a situação de calamidade de saúde pública, no município de Ipõranga, para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), de importância internacional.

Art. 2º - Fica instituído o Comitê Gestor Intersetorial de Enfrentamento ao COVID-19, composto por 01 (um) representante de cada Secretaria e Departamento da Administração Pública Municipal.

§1º - O Comitê é o órgão de articulação da ação governamental e de assessoramento ao Prefeito Municipal sobre a consciência situacional em questões decorrentes da pandemia do COVID-19, tendo como coordenadora a Secretária Municipal de Saúde.

§2º - O Comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários com o objetivo de auxiliar no cumprimento de suas atribuições.

§3º - A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pelo Chefe de Gabinete.

Parágrafo Único – A participação no Comitê e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º - Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
IPORANGA**

“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail:
adm@iporanga.sp.gov.br

Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 –
Iporanga/SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



I - Poderão ser requisitados bens móveis e imóveis, bem como serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento ulterior e justa indenização.

II - Observados os termos do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para locação, aquisição de bens, serviços, insumos, obras destinadas ao enfrentamento da emergência, nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 13.979/2020.

III – O Centro de Informações ao Turista será cedido temporariamente como base da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para fins de monitoramento da circulação de pessoas e veículos.

Art. 4º - Fica determinada Secretaria Municipal de Saúde que adote providências para:

I- Estabelecimento de processo de triagem que possibilite a rápida identificação dos possíveis casos de COVID-19.

II - Utilização, caso necessário, de equipamentos públicos culturais, educacionais e esportivos municipais para atendimento emergencial na área de saúde, com prioridade de atendimento para os grupos de risco de forma a minimizar a exposição destas pessoas;

§ 1º - Todas as Secretarias e Departamentos Municipais ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Saúde para suprir necessidade excepcional de atendimento à população.

§2º Ficam suspensos os atendimentos de rotina mediante agendamento das unidades básicas, com exceção de projetos estratégicos e pré-natal.

Art. 5º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente de COVID-19 (Novo Coronavírus) poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- I - isolamento;
- II - quarentena;
- III - exames médicos;
- IV - testes laboratoriais;
- V - coleta de amostras clínicas;
- VI - vacinação e outras medidas profiláticas; VII - tratamentos médicos específicos;
- VIII - estudo investigação epidemiológica;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
IPORANGA**

"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail:
adm@iporanga.sp.gov.br

Praça Padre Caiáffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 –
Iporanga/SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



IX - controle de entrada e saída de veículos no âmbito do Município de Iporanga, podendo, se necessário, serem acionados os órgãos de segurança pública para efetivação da referida medida.

X - controle das travessias de balsas, que serão realizadas exclusivamente em casos de emergência para veículos e pedestres, com redução de horários;

Parágrafo Único: Para fins deste Decreto, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito municipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do COVID - 19 (Novo Coronavírus);

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com objetivo de evitar a possível contaminação e a propagação do COVID - 19 (Novo Coronavírus).

Art. 6º - Fica proibida a entrada e permanência de veículos particulares, ônibus e vans de turismo, bem como, limitado o acesso ao território de Iporanga, com a exceção:

I - Aos veículos de emergência, assim compreendidos ambulâncias, viaturas e de transporte de pacientes;

II - Aos veículos oficiais, independente de qual órgão público estejam vinculados;

III - Veículos destinados aos serviços essenciais, ao abastecimento de toda rede comercial do município, bem como, àqueles utilizados para saída de resíduos e rejeitos de qualquer natureza;

IV - Aos veículos com placas de Iporanga ou que comprove ser morador ou trabalhador no Município de Iporanga.

V - veículos de servidores do município que estiverem em trânsito e para fins específicos de prestação de serviço público.

Parágrafo Único - Aqueles que não cumprirem as determinações deste presente decreto poderão ser sancionados com a suspensão do Alvará de Funcionamento e com o pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), podendo ser aumentado em dez vezes



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
IPORANGA**

“Capital das Cavernas”

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail:
adm@iporanga.sp.gov.br

Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 –
Iporanga/SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



**se acaso não for cumprido, bem como do crime previsto no Artigo 268
do Código Penal.**

Art. 7º - De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do COVID-19 (Novo Coronavírus), determina-se a suspensão, por prazo indeterminado, das seguintes atividades:

I - realização de eventos e atividades com a presença de público, ainda que previamente autorizados, que envolvam aglomeração de pessoas, tais como: apresentações artísticas, eventos desportivos, shows, festivais, feiras, eventos esotéricos, científicos, passeatas e afins;

II - atividades coletivas de cultos religiosos, teatros, reuniões, assembleias ou qualquer outra atividade que envolva aglomeração de pessoas;

III - emissão de alvarás para eventos públicos, bem como aqueles emitidos anteriormente para realização de eventos dessa natureza.

IV - visita a pacientes diagnosticados com o COVID-19 (Novo Coronavírus), internados na rede pública ou privada de saúde;

V - visita às instituições de longa permanência para idosos;

VI - acesso, circulação e permanência de veículos de turismo, provindos de outros municípios, inclusive para as modalidades day use e city tour;

VII - suspensão de emissão de autorização de entrada e permanência desses veículos;

VIII - recebimento de turistas por empreendimentos ou estabelecimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem e por edificações residenciais destinadas ao recebimento de hóspedes;

IX - transporte de alunos universitários e de cursos técnicos, preparatórios e outros para a Região Administrativa de Registro.

X – a entrada de pessoas não moradoras da cidade de Iporanga, mesmo que em trânsito, pelas estradas municipais e estaduais que passam pelo Município de Iporanga.

Parágrafo único: Os médicos e demais profissionais de saúde poderão ter sua lotação alterada por ato do Secretário Municipal de Saúde, independentemente de sua especialização.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
IPORANGA**

"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail:
adm@iporanga.sp.gov.br

Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 –
Iporanga/SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



Art. 8º - Os locais de grande circulação de pessoas, tais como comércio em geral devem reforçar medidas de higienização de superfície e disponibilizar álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado.

§1º – Devem ser disponibilizadas informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e toalha descartável nos lavatórios para higienização de mãos

§2º – As agências bancárias e lotéricas deverão trabalhar com sistema de senhas, efetuando o atendimento de apenas uma pessoa por vez, não permitindo a criação de filas, estando proibida a aglomeração de pessoas.

Artigo 9º - No âmbito do setor privado, órgãos e entidades autônomas, fica DETERMINADO:

I — a proibição de atendimento ao público, ao comércio e indústria, (Ex. bares, lanchonetes, hotéis, pousadas, áreas de acampamentos, restaurantes, lojas, sacolões, escritórios, etc), sendo permitido o atendimento ao público de modo virtual, telefônico, via agendamento e serviços de entrega em domicílio, sendo que o descumprimento acarretará suspensão do alvará, com exceção das seguintes atividades:

a) Padarias: restrição de atendimento ao público de até 1 (uma) pessoa por vez, devendo os demais consumidores aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

b) mercados e mercearias: restrição de atendimento ao público de até 3 (três) pessoas ao mesmo tempo, devendo os demais consumidores aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

c) Farmácias: restrição de atendimento ao público de até 1 (uma) pessoa ao mesmo tempo, devendo os demais consumidores aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

d) Lotéricas: restrição de atendimento ao público de até 1 (uma) pessoas ao mesmo tempo, devendo os demais consumidores aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

e) Laboratórios e consultórios na área da saúde: restrição de atendimento ao público de até 1 (uma) pessoas ao mesmo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
IPORANGA**

"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail:
adm@iporanga.sp.gov.br

Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 –
Iporanga/SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



tempo, devendo os demais pacientes aguardarem do lado de fora do estabelecimento com distância mínima de 1,5 m entre elas;

f) Postos de combustível: restrição de distância de 1,5 m para pagamento fora do veículo;

§1º - Caberá aos respectivos proprietários dos estabelecimentos organizar a restrição do acesso dos seus clientes, sob pena de suspensão do alvará de funcionamento, em caso de descumprimento, pelo prazo de validade do presente Decreto.

§2º - Aqueles que não cumprirem as determinações deste presente decreto poderão ser sancionados com a suspensão do Alvará de Funcionamento e com o pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), podendo ser aumentado em dez vezes se acaso não for cumprido.

Art. 10 - Aqueles que não cumprirem as determinações deste presente decreto poderão ser sancionados com a suspensão do Alvará de Funcionamento e com o pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Art. 11 - No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos, inclusive aqueles de combate e proteção ao COVID-19, será cassado o alvará, como medida cautelar prevista no Artigo 56 da Lei Federal 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constatado pelos órgãos municipais competentes, aplicando-se o dobro da multa prevista no Artigo 4º deste presente decreto.

Art. 12 - Ficam suspensos, pelo prazo de trinta dias:

I – as atividades de capacitação, treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal e que impliquem a aglomeração de pessoas, incluindo-se neste caso as festividades da Vila São José, campeonatos esportivos e feiras.

II – atividades educacionais, tais como as aulas, sem prejuízo da manutenção do calendário recomendado pelo Ministério da Educação, nas unidades da rede pública de ensino, sendo que a Secretaria Municipal de Educação expedirá ato infralegal, no prazo de 72 (setenta e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
IPORANGA**

"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail:
adm@iporanga.sp.gov.br

Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 –
Iporanga/SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



duas) horas, para criação do calendário de compensação no período de férias escolares e dentro de sua competência;

III – a participação de servidores em eventos ou viagens interestaduais.

IV – as reuniões dos Conselhos Municipais.

V – os atos pertinentes à Comissão de Licitação, tais como aberturas de envelopes, sessões, reuniões e demais atos;

VI – os atos pertinentes a Comissão de Sindicância, tais como oitivas, reuniões e apresentações de defesas ou justificativas.

VII – os atendimentos aos turistas no Centro de Informação ao Turista

Art. 13 - No âmbito da Administração Pública municipal, ficam suspensos por 15 dias, o atendimento ao público externo, sendo mantido o expediente interno, nos mesmos horários.

Parágrafo Único – Ficam suspensos, pelo mesmo prazo, os prazos administrativos, ficando dispensado aos advogados e interessados o comparecimento ao órgão.

Art. 14 - A Secretaria Municipal de Saúde expedirá informações diárias sobre o acompanhamento de casos suspeitos e conformado de pacientes, no âmbito do Município, a partir da constatação do primeiro caso.

Art. 15 - Em caso de descumprimento das medidas estipuladas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no Artigo 10 da Lei Federal 6.437/1977, bem como do crime previsto no Artigo 268 do Código Penal.

Art. 16 - Qualquer servidor público ou contratado por empresa que preste serviço para o Município de Iporenga, que apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) passa a ser considerado um caso suspeito e deverá adotar o protocolo de atendimento específico a ser informado por ato infralegal a ser expedido pelo Secretário de Saúde em 72 (setenta e duas) horas, após a expedição do presente Decreto.

§1º - Nas hipóteses previstas no caput deste artigo, qualquer servidor ou contratado por empresa que presta serviço para o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
IPORANGA**

"Capital das Cavernas"

PABX: (15) 3556-1285 / e-mail:
adm@iporanga.sp.gov.br

Praça Padre Caiaffa, 70 – Centro – CEP 18330-000 –
Iporanga/SP

CNPJ/MF 46.634.283/0001-24 – Inscr. Estadual Isenta.

www.iporanga.sp.gov.br



município de Iporanga, deverá entrar em contato com a Administração Pública para informar a existência de sintomas;

§2º - Os atestados médicos expedidos pelo SUS substituirão a necessidade de perícia médica para fins de licença de saúde nos casos do *caput*.

Art. 17 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, antes mesmo dos prazos estipulados nos Artigos 2º e 3º.

Art. 18 - Na contratação de bens e serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, no caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Finanças e Administração deverão observar as hipóteses previstas nos Artigos 24 e 25 da Lei Federal nº. 8.666/1993, bem como deverão instruir o processo com a devida justificativa e parecer do órgão de Assessoria Jurídica, na forma do Artigo 38 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

Art. 19 - No descumprimento das determinações deste decreto a Polícia Militar poderá acionada para o fechamento dos estabelecimentos.

Art. 20 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Gabinete de gestor criado por este decreto.

Art. 21 – Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se o Decreto nº. 1082/2020.

Iporanga, 01 de abril de 2020

VALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal